



# Companhia Jaguari de Energia

CNPJ nº 53.859.112/0001-69

www.cpfl.com.br

## Relatório da Administração

Segue abaixo o detalhe das revisões tarifárias das empresas agrupadas:

	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
Resolução Homologatória	2.211	2.210	2.213	2.209	2.212
<b>Reajuste</b>	<b>-1,28%</b>	<b>0,77%</b>	<b>2,05%</b>	<b>1,63%</b>	<b>1,65%</b>
Parcela A	0,88%	1,26%	3,26%	0,44%	2,78%
Parcela B	0,48%	1,92%	0,62%	0,53%	0,67%
Componentes Financeiros	-2,65%	-2,41%	-1,83%	0,66%	-1,80%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>-10,37%</b>	<b>-3,28%</b>	<b>-8,41%</b>	<b>-4,15%</b>	<b>-2,56%</b>
Data de entrada em vigor	22/03/2017	22/03/2017	22/03/2017	22/03/2017	22/03/2017

### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

**Cientes:** a nova CPFL Santa Cruz, considerando as cinco distribuidoras agrupadas, encerrou o ano com 447 mil clientes, com aumento de 8 mil consumidores.  
**Vendas de energia:** em 2017, as vendas para o mercado cativo totalizaram 380 GWh, uma redução de 15,7% em relação a 2016. Destaca-se o crescimento da classe comercial (5,5%). Se considerarmos as cinco distribuidoras agrupadas, as vendas de energia para o mercado cativo teriam registrado uma redução de 4,4%, na comparação de 2017 com 2016.

**Atendimento ao cliente:** as empresas que compõem a nova CPFL Santa Cruz obtiveram, em 2017, os índices de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) abaixo, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-ABRADEE. O índice foi superior à média nacional de 76,8%.

ISQP - Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida	2017
CPFL Leste Paulista	84,1
CPFL Santa Cruz	87,0
CPFL Jaguari	84,8
CPFL Mococa	82,5
CPFL Sul Paulista	89,8
<b>Resultado ABRADEE (Nacional)</b>	<b>76,8</b>

**Fornecimento de energia:** A nova CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Segue abaixo uma planilha descrevendo os resultados dos índices de fornecimento de energia em 2017: o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, em horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, em vezes:

Distribuidora	Indicadores DEC e FEC			
	DEC (horas)		FEC (número de vezes)	
	2017	2016	2017	2016
CPFL Santa Cruz	4,82	5,65	3,69	4,09
CPFL Jaguari	6,31	7,10	5,64	6,13
CPFL Mococa	5,92	10,56	6,04	6,63
CPFL Leste Paulista	7,91	8,01	6,19	5,73
CPFL Sul Paulista	8,20	15,20	6,77	11,76

\* Valores atualizados

### 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 21 de novembro de 2017, a ANEEL autorizou o agrupamento das concessões das seguintes distribuidoras de energia elétrica: Companhia Luz e Força Santa Cruz, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia, Companhia Jaguari de Energia e Companhia Luz e Força de Mococa, passando, a partir de 1º de janeiro de 2018 a operar somente sob uma distribuidora, a incorporadora, Companhia Jaguari de Energia, com nome fantasia de CPFL Santa Cruz. O Acervo das empresas incorporadas foi apurado na data-base de 31 de outubro de 2017. Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas e considerando a inclusão do acervo no que se refere ao balanço patrimonial e dos resultados de novembro e dezembro das empresas incorporadas no que se refere ao resultado do período.

**Recíta operacional:** Em 2017, a nova CPFL Santa Cruz acumulou recíta líquida de R\$ 303 milhões. Esse resultado reflete os 672 GWh na quantidade de energia vendida no ano.

**Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2017	2016
<b>Lucro Líquido</b>	<b>11.720</b>	<b>7.988</b>
Amortização	10.949	3.586
Resultado Financeiro	6.666	3.791
Contribuição Social	912	1.337
Imposto de Renda	2.517	3.537
<b>EBITDA</b>	<b>32.764</b>	<b>20.239</b>

Em 2017, o EBITDA da nova CPFL Santa Cruz foi de R\$ 33 milhões.

**Lucro líquido:** Em 2017, a nova CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R\$ 12 milhões. Esse resultado é reflexo do efeito positivo do EBITDA (R\$ 12 milhões).

**Senhores Acionistas,**  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2016, exceto quando especificado de outra forma.

#### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No exercício de 2017, ocorreu a incorporação das distribuidoras Companhia Luz e Força Santa Cruz ("CPFL Santa Cruz"), Companhia Leste Paulista de Energia ("CPFL Leste Paulista"), Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista") e Companhia Luz e Força de Mococa ("CPFL Mococa") ("Incorporadas"), pela Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Jaguari"), cujo nome fantasia foi alterado para "CPFL Santa Cruz", ou "Incorporadora"). Em 21 de novembro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.723/2017, foi anuído pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o agrupamento das concessões das 5 empresas, que se realizou mediante incorporação do acervo patrimonial apurado em 31 de outubro de 2017, das Incorporadas pela Incorporadora em 31 de dezembro de 2017. Como resultado do agrupamento, a CPFL Santa Cruz passou a ser responsável pelo fornecimento de energia elétrica de 45 municípios, sendo 41 localizados no Estado de São Paulo, três em Minas Gerais e três no Paraná, atendendo às demandas de 447 mil clientes.

Em 2017, a nova CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus clientes. As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 15,7% em relação ao exercício de 2016. Destaca-se a classe comercial, que registrou um aumento de 5,5% ante 2016. Se considerarmos as cinco distribuidoras agrupadas, as vendas de energia para o mercado cativo teriam registrado uma redução de 4,4%, na comparação de 2017 com 2016. Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

#### 2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

**Ambiente macroeconômico:** 2017 foi marcado por um ambiente externo favorável, com influência benigna para as economias emergentes, contribuindo para a melhora das expectativas em nosso ambiente interno. Entre os principais destaques, pontuamos o bom desempenho da economia norte-americana, que anou resultados positivos em seus principais indicadores de atividade, com crescimento do PIB de 2,3%<sup>1</sup> em 2017. O desempenho mais pujante da zona do euro e da economia chinesa - com crescimento do PIB em 2017 de 2,5%<sup>2</sup> e 6,9%<sup>3</sup>, respectivamente, sustentam as perspectivas de que a economia mundial seguirá em crescimento - com impactos positivos para o cenário doméstico. Segundo o FMI, a economia global deverá crescer 3,8%<sup>4</sup> no biênio 2018-2019. Após dois anos de recessão e sensível piora dos principais indicadores econômicos, 2017 se consolida como início do processo de retomada da atividade interna. Puxada pelo bom desempenho da indústria extrativa, cadeia automobilística e do setor de produtos eletrônicos e informática, a produção industrial cresceu 2,5%<sup>5</sup> em 2017, superando as estimativas do início do ano. São também destaques a redução do nível dos estoques excessivos e gradual melhora do ambiente de negócios, verificada pela retomada da confiança dos empresários ao patamar pré-crise. A expectativa do mercado é que a produção industrial cresça aproximadamente 4,0%<sup>6</sup> em 2018, recompondo parte das perdas acumuladas ao longo da recessão. Junto do processo de retomada da atividade fabril, assistiu-se, em 2017, a recomposição do mercado de trabalho e do consumo interno. Ainda que com contribuição da informalidade, a ocupação cresceu de maneira expressiva ao longo de 2017 (2,1% no ano), acompanhada de ganhos reais da renda - cuja expansão em 2017 foi de 3,2%<sup>4</sup>. O alívio dos preços, melhores leituras da taxa de desemprego (desocupação: 11,8% em dezembro/17<sup>7</sup>), fatores não recorrentes de estímulo à atividade - como o saque das contas inativas do FCT5, que injetou R\$ 44 milhões no mercado doméstico - contribuíram de forma bastante positiva para a retomada das condições de consumo, agregado fundamental para o crescimento da economia brasileira. O choque positivo da oferta de alimentos é outro elemento positivo a se destacar, uma vez que garantiu a queda expressiva dos principais índices de preços. Em 2017, IPCA e IGP-M fecharam em 2,9%<sup>8</sup> e -0,5%<sup>9</sup>, respectivamente, abaixo do piso das metas inflacionárias. Para 2018, a expectativa do mercado é que ambos os índices fiquem no centro da meta, com projeções de 3,7% e 4,2%, respectivamente. A luz do baixíssimo nível inflacionário, o Banco Central definiu uma política monetária claramente expansionista, promovendo sucessivos ajustes na taxa de juros ao longo do ano. A Selic encerrou 2017 em 7,0%<sup>10</sup> ao ano. Na reunião de Fevereiro/2018, o Copom aprovou um corte adicional, levando a taxa para 6,75%. Vale ressaltar que a mediana do mercado aponta como provável um corte adicional de 25 pontos-base na próxima reunião (21/março), levando os juros para 6,5% em 2018 - patamar historicamente baixo - numa clara posição da autoridade monetária em relação ao estímulo da economia. Por último, vale destacar que seguem alguns desafios estruturais para os próximos anos, tais como o nível de ociosidade a ser ocupado na indústria, a necessidade de estimular investimentos produtivos e o avanço das reformas que garantam uma trajetória sustentável das contas públicas. A disputa eleitoral em 2018 coloca algumas dessas questões em compasso de espera - por exemplo, a agenda de discussões acerca das reformas estruturais -, além de conferir volatilidade às projeções econômicas. Em síntese, após a divulgação do PIB de 2017 - cuja expansão de 1,0% está em linha com as expectativas dos principais agentes de mercado - o crescimento previsto para 2018 é de 2,9%<sup>8</sup>, de acordo com o Boletim Focus.

- 1 Fonte: BEA.
- 2 Fonte: FMI.
- 3 Fonte: Boletim Focus (02/03/18).
- 4 Fonte: LCA Consultores.
- 5 Fonte: IBGE.
- 6 Fonte: FGV.
- 7 Fonte: Banco Central.

**Tarifas de energia elétrica**  
**Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2017:**  
Em 21 de março de 2017, a ANEEL publicou a REH nº 2.213 da Companhia Jaguari de Energia, a REH nº 2.211 da Companhia Luz e Força Santa Cruz, a REH nº 2.210 da Companhia Leste Paulista de Energia, a REH nº 2.209 da Companhia Sul Paulista de Energia e a REH nº 2.212 da Companhia Luz e Força de Mococa, onde fixou a revisão das tarifas da Companhia e das empresas incorporadas a partir de 22 de março de 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir (conforme divulgado nas REH):

Balancos Patrimoniais			
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.974	11.544
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	162.801	30.236
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	362	526
Outros tributos a compensar	7	8.537	3.154
Estoques		2.631	303
Outros créditos	11	28.243	3.726
<b>Total do circulante</b>		<b>220.548</b>	<b>49.490</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	11.308	278
Depósitos judiciais	18	27.424	3.848
Outros tributos a compensar	7	12.458	726
Créditos fiscais diferidos	9	-	7.269
Ativo financeiro da concessão	10	20.489	5.380
Outros créditos	11	14	-
Intangível	12	718.356	68.203
<b>Total do não circulante</b>		<b>790.048</b>	<b>85.704</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.010.596</b>	<b>135.194</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)			
	Capital social	Reserva de lucros para ativo financeiro	Reserva de lucros para ativo financeiro - reforço de capital de giro
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>19.357</b>	<b>1.371</b>	<b>1.897</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>			
Aumento de capital	1.275	(1.275)	-
Constituição da reserva legal	-	399	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(9)	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	(704)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>			
Dividendo intermediário	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	2.186
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>20.632</b>	<b>86</b>	<b>2.296</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>			
Agrupamento de concessão - 31/10/2017 (nota 1.1)	149.764	486	19.296
Constituição da reserva legal	-	3.115	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	-	-
Constituição da reserva de reforço de capital de giro	-	(10)	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	(1.923)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>			
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre o capital próprio	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>170.396</b>	<b>563</b>	<b>24.707</b>

(1) Montante referente ao pagamento de imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
	31/12/2017	31/12/2016	
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>15.148</b>	<b>12.862</b>	
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Amortização	10.949	3.586	
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.849	917	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.098	330	
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	11.117	7.759	
Perda (ganho) na baixa de não circulante	2.072	663	
PIS e COFINS diferidos	(19)	(19)	
Outros	(44)	-	
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>46.189</b>	<b>25.944</b>	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.398	(5.224)	
Tributos a compensar	129	460	
Ativo financeiro setorial	(609)	19.236	
Contas a receber - CDE	(2.881)	326	
Outros ativos operacionais	(275)	1.135	
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	<b>(26.302)</b>	<b>(6.777)</b>	
Fornecedores	637	948	
Outros tributos e contribuições sociais	5.718	(4.832)	
Taxas regulamentares	-	-	
<b>Total</b>	<b>11.720</b>	<b>7.988</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia "CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede social da Companhia está localizada à Rua Vígato, nº 1620, 1º andar, sala 03, na cidade de Jaguariúna, estado de São Paulo, CEP 13820-010. A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades

pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045. A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 447 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.  
**1.1 Agrupamento de concessões de distribuição de energia elétrica:** Em 21 de novembro de 2017 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 6.723/2017, autorizou o agrupamento das seguintes distribuidoras de energia elétrica, Companhia Luz e Força Santa Cruz, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia, Companhia Jaguari de Energia e Companhia Luz e Força de Mococa, nos termos da Resolução Normativa nº 716/2016 de 03 de maio de 2016. Passando a partir de 01 de janeiro de 2018 a operar somente sob uma distribuidora, a incorporadora, Companhia Jaguari de Energia, com nome fantasia de CPFL Santa Cruz. Em 27 de novembro de 2017, com base em Laudo

**Endividamento:** no final de 2017, a dívida financeira (incluindo derivativos) da nova CPFL Santa Cruz atingiu R\$ 329,4 milhões, considerarmos as cinco distribuidoras agrupadas.

#### 5. INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R\$ 45 milhões na ampliação, considerarmos as cinco distribuidoras agrupadas, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

#### 6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A nova CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. Abaixo estão relacionados os destaques do exercício:

**Plataforma de sustentabilidade:** consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade, integrada ao planejamento estratégico do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes para a condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento; b) Alavancas de valor relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos corporativos, com metas de desempenho para o curto e médio prazo.

**Comitê de sustentabilidade:** principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma.

**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** A reestruturação do SGDE foi implantada em 31/08/16 e contou com o acompanhamento permanente, em todas as suas etapas, do Conselho de Administração, através do Comitê de Processos de Gestão, Fiscos e Sustentabilidade e do Conselho Fiscal, inclusive quanto aos fluxos dos registros éticos recebidos. Atualmente, o SGDE é composto por 7 elementos, considerados chaves para a atuação da holding e de suas empresas controladas na cultura da gestão da ética, que são: (i) Código de Conduta Ética; (ii) Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET); (iii) Regimento Interno do COMET; (iv) Canal Externo de Ética; (v) CPD (Comissão de Processamento de Denúncias); (vi) Plano de Divulgação; e (vii) Capacitação. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas no SGDE, tais como: o Selo Pró-Ética 2017. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 23 empresas dentre 375 inscritas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometem em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, a implantação do SGDE na RGE Sul, Workshop sobre o SGDE, com abrangência em todas as empresas controladas diretas do Grupo, Canais Executivos (comunicados internos) específicos oriundos das reuniões do COMET, Semana da Integridade que entre outras ações contou com a palestra do professor da Unicamp Leandro Karnal com o tema "Corrupção as ações que cada um tem em sua dia a dia". O Comitê realizou 8 reuniões em 2017 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as denúncias recebidas, consultas e denúncias recebidas no período.

**Relacionamento com a comunidade: (i) Eficiência Energética (0,5% da ROL) -** foram investidos mais de R\$ 738,3 mil, sendo R\$ 572,7 mil em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na troca de 2.000 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED) e troca de 150 geladeiras, no Poder Público houve um investimento de mais R\$ 24,8 mil e realizadas ações de Comunicação e Marketing para melhoria no uso final de energia elétrica na classe Residencial com um investimento de mais R\$ 58,9 mil. Destaca-se, R\$ 656,4 mil (0,4%) foram investidos em clientes e R\$ 81,9 mil (0,1%), foram investidos, conforme Lei 13.280/2016, a serem repassadas oportunamente para o PROCEL, e (ii) Escola de Eletricista - visa formar um banco de eletricitas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão-de-obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho, além de capacitar futuros colaboradores em fase de pré-contratação. Em 2017, foram formados 33 novos eletricitas, sendo que 18 deles foram contratados. **Gestão ambiental:** (i) a nova CPFL Santa Cruz possui um Sistema de Gestão Ambiental estruturado nos requisitos da norma ISO 14001 e segue as diretrizes do SGA da CPFL Energia; (ii) suas Estações Avançadas são periodicamente avaliadas quanto aos riscos ambientais e requisitos legais, com estabelecimento de um ranking e de um plano de ação para melhorias; (iii) para situações de emergências ambientais, a distribuidora possui contrato com empresa especializada, além de um seguro. Para ocorrências de menor extensão, kits de emergência estão disponíveis para uso imediato; (iv) em 2016, a empresa realizou o inventário de emissões de gases de efeito estufa relativas a 2015, integrante do inventário da CPFL Energia, premiado com medalha de ouro pelo Programa Brasileiro Green Protocol; (v) deu continuidade ao Programa de Arborização Urbana, com doações de mudas a Prefeituras.

#### 7. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela nova CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da nova CPFL Santa Cruz.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias de auditoria de Sox, a KPMG prestou serviços de asseguarção de *covenants* e serviços de *compliance* tributário.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

#### 8. AGRADECIMENTOS

A Administração da nova CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2017. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/fi](http://www.cpfl.com.br/fi).

Demonstrações dos Resultados			
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)			

☆ continuação

**Companhia Jaguarí de Energia - CNPJ nº 53.859.112/0001-69**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1.2 Capital circulante líquido negativo:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 243.441. A Companhia vem trabalhando nos planos de redução do capital circulante líquido negativo e em janeiro de 2018 captou debêntures no montante de R\$ 190.000 (nota 32.2). Adicionalmente a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Companhia ([www.cpl.com.br](http://www.cpl.com.br)) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 12 de março de 2018. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 8 - Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia); • Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 10 - Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos); • Nota 11 - Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 12 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 18 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); • Nota 22 - Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não tarifados); e • Nota 29 - Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos). **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC-09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.6 Agrupamento das distribuidoras:** O registro contábil do acervo apurado na data base de 31 de outubro de 2017 e da variação patrimonial ocorrida entre a data base do acervo e a data da efetivação da incorporação ocorrida em 31 de dezembro de 2017, das empresas incorporadas, foram refletidas na Companhia diretamente em contas de patrimônio líquido e de resultado, respectivamente. No intuito de um melhor entendimento dos números apresentados neste balance e possibilitar a comparabilidade entre os exercícios, seguem quadros demonstrativos com os efeitos da incorporação: a) Ativo das empresas incorporadas em 31 de dezembro de 2017

	Nota explicativa	31/12/2017
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.648
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	136.373
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	422
Outros tributos a compensar	8	7.654
Ativo financeiro setorial	8	21.009
Estoques	2	2.352
Outros créditos	11	22.697
<b>Total do circulante</b>		<b>186.919</b>
<b>Não circulante</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	10.851
Depósitos judiciais	18	23.461
Outros tributos a compensar	7	11.550
Créditos fiscais diferidos	9	660
Ativo financeiro da concessão	10	14.847
Outros créditos	11	12
Intangível	12	639.983
<b>Total do não circulante</b>		<b>701.266</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>888.185</b>

b) Partes das empresas incorporadas em 31 de dezembro de 2017

	Nota explicativa	31/12/2017
<b>Passivo e Patrimônio Líquido Circulante</b>		
Fornecedores	13	96.324
Empréstimos e financiamentos	14	127.881
Debêntures	15	32.616
Taxas regulamentares	16	20.734
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	22.927
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	17	22.927
Coligadas, controladas e controladora	26	43.645
Dividendo e juros sobre capital próprio	20	30.576
Obrigações estimadas com pessoal		3.631
Passivo financeiro setorial	8	4.547
Outras contas a pagar	19	29.961
<b>Total do circulante</b>		<b>407.514</b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	14	123.958
Débitos fiscais diferidos	9	7.880
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	24.561
Derivativos	29	875
Passivo financeiro setorial	8	6.762
Outras contas a pagar	19	16.162
<b>Total do não circulante</b>		<b>174.955</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social		148.570
Reserva de capital		1.679
Reserva legal		19.296
Reserva de retenção de lucros para investimento		18.041
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		10.140
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		26.486
Dividendo		5.174
Lucros acumulados		42.605
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>305.716</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>888.185</b>

c) Demonstração dos resultados das empresas incorporadas de novembro e dezembro de 2017

	Nota explicativa	Novembro e dezembro de 2017
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>877.657</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>		
Custo com energia elétrica	23	(493.101)
Custo de operação	24	(95.057)
Custo do serviço prestado a terceiros	24	(114.736)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>174.763</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas com vendas		(23.408)
Despesas gerais e administrativas		(47.069)
Outras despesas operacionais		(4.585)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>99.702</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras	25	25.907
Despesas financeiras		(47.508)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>78.101</b>
Contribuição social	9	(6.078)
Imposto de renda	9	(16.705)
		(22.783)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>55.318</b>

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem o saldo de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que a gestão de caixa da Companhia, caixa e equivalentes de caixa compreendem o direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadrar-se na categoria de disponível para venda e as mudanças nos fluxos de caixa têm como contrapartida a conta de receita operacional (nota 4 e 22). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada para o consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é registrado. **3.3 Instrumentos financeiros:** - **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa não são recebidos no exercício. Empréstimos e financiamentos são reconhecidos como passivos financeiros quando o resultado do exercício não é suficiente para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL); (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos generacionais) e ajuste da Parcela A (custos não generacionais). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da energia elétrica ao usuário da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: • Parcela A (custos não generacionais): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos generacionais): composta pelos gastos com investimento em construção e manutenção das obras de infraestrutura, bem como os custos de operação e manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que ocorre da diferença entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença é registrada no ativo financeiro da concessão, sendo que os custos incorridos são reconhecidos como custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. **3.4 Novas normas e interpretações vigentes:** Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017: **a) Alterações ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas:** Emitidas em 19 de janeiro de 2016, as alterações ao CPC 32 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em situações de perda de uma entidade. O método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática. A aplicação das alterações ao CPC 32 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **b) Alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao CPC 03 (R2) da Iniciativa de Normas de Referência da Comissão de Normas Contábeis esclarecem as responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento. A aplicação das alterações ao CPC 03 (R2) implicou em alterações na divulgação de movimentação de ativos e passivos financeiros cujos fluxos de caixa são classificados como atividade de financiamento. As mudanças destas alterações do CPC 03 (R2) geraram divulgação adicional, refletidas nas notas 14 - Empréstimos e financiamentos, 15 - Debêntures e 29 - Instrumentos Financeiros. **3.15 Novas normas e interpretações vigentes, mas não adotadas:** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia não adotou as normas novas ou revisadas a seguir: **a) CPC 48 - Instrumentos financeiros:** O CPC 48 será aplicável para os exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. Esta norma estabelece novos requisitos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão mensurados ao valor justo por meio do resultado, e os passivos financeiros serão mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes no momento da mensuração, assumido, a menos que tal reconhecimento resulte em uma inaplicabilidade na demonstração do resultado. Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito. No entanto, os custos de transações de reconhecimento de ativos e passivos financeiros são reconhecidos no mecanismo de contabilização de *hedge* previstos no CPC-38, mas traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mas especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi

preferenciais em ordinárias, na relação de conversão de ações em que, para cada 1 (uma) ação preferencial, será entregue 1 (uma) ação ordinária, por meio do cancelamento das ações preferenciais e da emissão de 11.746.789 (onze milhões, setecentas e quarenta e seis mil, setecentas e oitenta e nove) ações ordinárias. **3.4 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ações, direito de exploração de concessões, *softwares* e serviço de passagem. Um intangível que corresponde a direções de exploração de concessões de investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão). Em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para as informações vide nota 3.2. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do serviço público de energia elétrica de prévia anuência para desvincular do seu acervo patrimonial bens móveis e imoveis considerados insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia avalia a evidência de perda considerando insubstituíveis à concessão, sendo o produto alienado do bem depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.5 Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** - **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor

**Companhia Jaguarí de Energia - CNPJ nº 53.859.112/0001-69**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) CVA:** Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **b) Neutralidade dos encargos setoriais:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **c) Sobrecontratação:** As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de deficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **d) Outros componentes financeiros:** Refere-se principalmente à (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que a partir do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, passou a ser um componente financeiro que somente será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, (ii) garantias financeiras, relacionadas à compensação do custo do aporte prévio de garantias exigido das distribuidoras para a realização de transações comerciais entre os agentes do setor, (iii) componentes financeiros referentes a cálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores e (iv) liminar Abrace conforme Despacho nº 1.576/2016.

**9. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**

**9.1 Composição dos créditos (débitos) fiscais:**

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Crédito/(Débito) de contribuição social</b>		
Bases negativas	1.952	2.292
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(2.100)	(431)
<b>Subtotal</b>	<b>(148)</b>	<b>1.861</b>
<b>Crédito/(Débito) de imposto de renda</b>		
Prejuízos fiscais	5.603	6.568
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(5.782)	(1.160)
<b>Subtotal</b>	<b>(179)</b>	<b>5.408</b>
<b>Total</b>	<b>(327)</b>	<b>7.269</b>
Total crédito fiscal	(327)	-
Total débito fiscal	-	-

**9.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:**

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>		
Provisões para P&S, civis e trabalhistas	2.387	6.632
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	745	2.070
Programas de P&D e eficiência energética	946	2.627
Provisão relacionada a pessoal	255	709
Derivativos	119	332
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(6.643)	(18.453)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(907)	(2.521)
Instrumentos financeiros (CPC)	844	2.347
Outros	153	475
<b>Total</b>	<b>(2.100)</b>	<b>(5.782)</b>

**9.3 Expectativa de recuperação:** A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, que estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido; e bases negativas e prejuízos fiscais baseados nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora CPFL Energia. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	2019	2020	2021	2022	2023 a 2025	2026 a 2028	Total
							28.296
2019	13.248						
2020	3.956						
2021	2.700						
2022	1.458						
2023 a 2025	3.437						
2026 a 2028	1.978						
<b>Total</b>	<b>28.296</b>						

**9.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2017 e 2016:**

	2017		2016	
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>
	15.148	15.148	12.862	12.862
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	2.257	2.257	1.267	1.267
Juros sobre o capital próprio	(8.109)	(8.109)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	838	771	731	20
<b>Base de cálculo</b>	<b>10.133</b>	<b>10.067</b>	<b>14.860</b>	<b>14.149</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Total</b>	<b>(912)</b>	<b>(2.517)</b>	<b>(1.337)</b>	<b>(3.537)</b>
Corrente	(1.291)	(3.550)	(2.784)	(7.620)
Diferido	379	1.033	1.446	4.083

**10. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

	31/12/2015	31/12/2016
<b>Saldo em 31/12/2015</b>		<b>4.577</b>
Adições	1.555	1.555
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	(750)	(750)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>		<b>5.380</b>
Adição em função do agrupamento das distribuidoras	14.313	14.313
Ajustes	(5.245)	(5.245)
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	251	251
<b>Saldo em 31/12/2017</b>		<b>20.489</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente no término da concessão. Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 22), no resultado do exercício.

	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias	31/12/2017				31/12/2016			
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total		
<b>Mensuradas ao custo</b>											
<b>Moeda nacional</b>											
<b>BNDÉS - Investimento</b>											
CCB - Santander	TJLP + 3,1% Cesta de Moedas + 2,1%	96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia	11	622	2.126	2.759	6	269	1.189	1.464
CCB - Santander		96 Parcelas mensais a partir de junho de 2014	Aval da CPFL Energia	3	243	831	1.077	2	105	465	572
FINEM	Pré fixado 6%	111 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia	38	2.304	12.674	15.016	6	322	2.094	2.422
FINEM	SELIC + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia	5	1.975	4.444	6.424	1	303	983	1.287
FINEM	TJLP + 2,19%	72 parcelas mensais a partir de abril de 2015	Aval da CPFL Energia	36	3.254	7.322	10.612	8	544	1.769	2.321
FINAME	TJLP + 3,29%	36 parcelas mensais a partir de março de 2019	Aval da CPFL Energia	22	35	1.721	1.778	-	-	-	-
FINAME	SELIC + 3,63%	36 parcelas mensais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia	-	-	5	5	-	-	-	-
FINAME	TJLP + 3,29%	36 parcelas mensais a partir de dezembro de 2018	Aval da CPFL Energia	7	-	1.315	1.322	-	-	-	-
FINAME	Selic + 3,63%	36 parcelas mensais a partir de dezembro de 2018	Aval da CPFL Energia	-	-	7	7	-	-	-	-
FINAME	TJLP + 3,39%	96 parcelas mensais a partir de junho de 2019	Aval da CPFL Energia	1	-	57	58	-	-	-	-
FINAME	TJLP + 3,29%	36 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2019	Aval da CPFL Energia	31	63	2.521	2.615	-	-	-	-
FINAME	TJLP + 3,29%	96 parcelas mensais a partir de fevereiro 2019	Aval da CPFL Energia	3	-	485	488	-	-	-	-
FINAME	TJLP + 3,39%	96 parcelas mensais a partir de julho 2019	Aval da CPFL Energia	2	-	105	107	-	-	-	-
CCB - Santander	TJLP + 3,39% Cesta de Moedas + 1,99%	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia	3	211	1.001	1.215	-	-	-	-
CCB - Santander	TJLP + 2,99% (1)	96 Parcelas mensais a partir de outubro de 2015	Aval da CPFL Energia	13	609	2.892	3.514	-	-	-	-
FINAME	TJLP + 3,39%	96 parcelas mensais a partir de maio 2019	Aval da CPFL Energia	-	-	41	41	-	-	-	-
<b>Instituições financeiras</b>											
Banco do Brasil - Capital de giro	104,90% do CDI (1)	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	38.757	56.925	-	95.682	378	725	1.135	2.175
Banco IBM - Capital de giro	100,00% do CDI	14 Parcelas semestrais a partir de dezembro de 2012	Aval da CPFL Energia	-	8.538	4.572	13.110	-	4.290	-	6.436
Banco IBM - Capital de giro	CDI + 0,1%	12 Parcelas semestrais a partir de outubro de 2014	Aval da CPFL Energia	3	10.169	15.272	25.444	2	3.223	-	8.072
Banco IBM - Capital de giro	CDI + 0,27% (1)	12 parcelas semestrais a partir de junho de 2015	Aval da CPFL Energia	-	1.908	3.832	5.740	-	-	-	-
Banco IBM - Capital de giro	CDI + 0,27%	8 parcelas semestrais a partir de março de 2015	Aval da CPFL Energia	11	7.976	16.017	24.004	-	-	-	-
Banco IBM - Capital de giro	CDI + 1,33%(1) CDI + 0,27% a 1,33%(1)	12 parcelas semestrais a partir de janeiro de 2016	Aval da CPFL Energia	33	2.557	2.591	5.181	-	-	-	-
Banco IBM - Capital de giro	CDI + 1,27%	8 parcelas semestrais a partir de junho de 2015	Aval da CPFL Energia	21	2.573	3.555	6.149	-	-	-	-
Banco IBM - Capital de giro	CDI + 1,27%	8 parcelas semestrais a partir de fevereiro 2017	Aval da CPFL Energia	24	1.852	3.775	5.651	-	-	-	-
<b>Outros</b>											
Parcelas mensais a partir de junho de 2007			Recebíveis e Notas Promissórias	-	-	-	-	-	8	-	8
<b>Total mensuradas ao custo</b>				<b>39.024</b>	<b>101.814</b>	<b>87.161</b>	<b>227.999</b>	<b>403</b>	<b>9.790</b>	<b>1.135</b>	<b>23.183</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>											
<b>Moeda estrangeira</b>											
Scotiabank - Marcação a mercado	US\$ + 3,37% (2)	Parcela única em Julho de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória	1.060	-	66.160	67.220	261	-	-	16.296
<b>Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo</b>				<b>1.060</b>	<b>-</b>	<b>66.377</b>	<b>67.797</b>	<b>261</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.198</b>
Gastos com captação (a)				-	(202)	-	(202)	-	(13)	-	(8)
<b>Total</b>				<b>40.084</b>	<b>101.612</b>	<b>153.898</b>	<b>295.594</b>	<b>664</b>	<b>9.777</b>	<b>1.135</b>	<b>39.372</b>

(1) 100,1% a 110% do CDI. Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a: (2) 109,1% do CDI a.a.

(a) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas a custo. Existem alguns empréstimos e financiamentos que não possuem saldos em 31 de dezembro de 2016, no entanto os mesmos não constam nas adições do exercício. Estes empréstimos e financiamentos foram tomados antes de 2016 nas empresas que foram incorporadas à Companhia no processo de agrupamento das concessões. Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPCs 38 e 39, classifica suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado); e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 67.797 (R\$ 16.459 em 31 de dezembro de 2016). As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 577 (ganhos de R\$ 98 em 31 de dezembro de 2016), reduzidos dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 160 (perdas de R\$ 80 em 31 de dezembro de 2016), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram uma perda líquida de R\$ 417 (ganho de R\$ 18 em 31 de dezembro de 2016). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

ANO DE VENCIMENTO	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2028	Subtotal
	109.058	29.153	7.243	3.603	2.962	1.301	153.220
	-	-	-	-	-	-	577
<b>Total</b>	<b>109.058</b>	<b>29.153</b>	<b>7.243</b>	<b>3.603</b>	<b>2.962</b>	<b>1.301</b>	<b>153.897</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Índice	Variação acumulada		% da dívida	
	2017	2016	31/12/2017	31/12/2016
CDI	7,50	8,50	84,16	84,19
Outros	6,89	13,63	7,34	7,46
			100,00	100,00

**Condições restritivas: Moeda estrangeira - Lei nº 4.131 (Bank of Nova Scotia):** As captações em moeda estrangeira realizadas através da Lei 4.131 estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, calculados semestralmente. Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, máximo de 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro mínimo de 2,25. A definição de EBITDA, para fins de apuração de covenants, a controladora CPFL Energia leva em consideração a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos). Os empréstimos e financiamentos da Companhia estavam sujeitos à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da controladora CPFL Energia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanecesse de

**11. OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante	Não circulante
31/12/2017		
Adiantamentos - Fundação CESP	225	35
Ordens em curso	10.313	2.260
Serviços prestados a terceiros	65	31
Despesas antecipadas	2.011	411
Contas a receber - CDE	15.566	391
Adiantamentos a funcionários	740	80
Outros	7	598
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6.1)	(685)	(60)
<b>Total</b>	<b>28.243</b>	<b>3.726</b>

**Ordens em curso** - Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE" e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Custos do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 19). **Contas a receber - CDE** - Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.435 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2016) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 13.949 (R\$ 350 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 182 (nota 22.3). Em 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do contas a receber - CDE e do contas a pagar de CDE (nota 16) no montante de R\$ 41 (nota 22.3).

**12. INTANGÍVEL**

	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Total
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>58.472</b>	<b>5.247</b>	<b>63.719</b>
Custo histórico	89.891	5.247	95.138
Amortização acumulada	(31.419)	-	(31.419)
Adições	-	10.396	10.396
Amortização	(3.586)	-	(3.586)
Transferência - intangíveis	6.576	(6.576)	-
Transferência - ativo financeiro	(1.553)	(1)	(1.554)
Baixas e transferência - outros ativos	(774)	-	(774)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>59.135</b>	<b>9.068</b>	<b>68.203</b>
Custo histórico	93.424	9.068	102.492
Amortização acumulada	(34.289)	-	(34.289)
Adição em função do agrupamento das distribuidoras	530.330	88.482	618.812
Adições	-	45.575	45.575
Amortização	(10.		

**Companhia Jaguarui de Energia - CNPJ nº 53.859.112/0001-69**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	2017	2016 (*)	2017	2016	2017	2016
<b>Recita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	388.349	35.958	211	89	133.308	51.738
Industrial	3.517	641	233	271	110.722	126.518
Comercial	25.608	3.052	103	52	59.633	27.643
Rural	24.308	437	49	6	19.921	1.975
Poderes públicos	3.893	318	15	5	8.935	2.754
Iluminação pública	500	23	30	13	10.817	4.055
Serviço público	642	90	30	14	13.906	6.158
<b>Fornecimento futuroado</b>	<b>446.817</b>	<b>40.519</b>	<b>672</b>	<b>450</b>	<b>357.240</b>	<b>220.841</b>
Consumo próprio	109	6	1	–	–	–
Fornecimento não faturado (líquido)	–	–	–	–	(3.908)	1.641
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	–	–	–	–	(150.944)	(87.898)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>446.926</b>	<b>40.525</b>	<b>672</b>	<b>450</b>	<b>202.388</b>	<b>134.584</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	–	–	143	–	4.933	–
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	–	–	–	–	(1.925)	–
Energia elétrica de curto prazo	146	37	16.629	–	5.487	–
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>289</b>	<b>37</b>	<b>19.637</b>	<b>–</b>	<b>5.487</b>	<b>–</b>
Recita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	–	–	–	–	152.869	87.898
Recita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	–	–	–	–	30.828	14.429
Recita de construção da infraestrutura de concessão	–	–	–	–	39.727	9.726
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	–	–	–	–	16.207	(15.200)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	–	–	–	–	251	(750)
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	–	–	–	–	17.478	2.714
Outras receitas e rendas	–	–	–	–	2.973	2.156
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>280.333</b>	<b>100.973</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>100.973</b>	<b>241.004</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>492.357</b>	<b>241.004</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>492.357</b>	<b>241.004</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
ICMS	(71.046)	(43.721)	–	–	–	–
PIS	(7.320)	(3.845)	–	–	–	–
COFINS	(33.714)	(17.710)	–	–	–	–
ISS	(1)	(1)	–	–	–	–
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(44.793)	(32.113)	–	–	–	–
Programa de P&D e eficiência energética	(2.604)	(1.276)	–	–	–	–
PROINFA	(1.854)	(886)	–	–	–	–
Bandeiras tarifárias e outros	(19.642)	(4.718)	–	–	–	–
Outros	(181.368)	(104.432)	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>300.990</b>	<b>136.612</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

**Recita operacional líquida**  
**(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.**  
**22.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos:** No procedimento de regulação tarifária ("Prorot"), no sub módulo 2.7. Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de setembro de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica. Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspenso a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para delimitar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como passivos financeiros setoriais e em obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas, apresentados líquidos no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25. **22.2 Revisão Tarifária Periódica ("RTP")**, **Realjste Tarifário Anual ("RTA") e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva ("EER")** de Angra III: A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória ("REH") nº 2.214, de 28 de março de 2017, a republicação das Tarifas de Energia - TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do Encargo de Energia de Reserva ("EER") da central geradora Usina Termo Nuclear ("UTN") Almirante Álvaro Alberto - Unidade III (Angra III). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes

**24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais		Despesas Operacionais		Outros		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pessoal	10.930	3.604	–	–	1.413	765	3.318	1.364	–	–	15.850	5.733
Material	2.898	710	20	4	11	44	164	68	–	–	3.093	826
Serviços de terceiros	6.035	1.858	57	18	3.356	945	10.348	3.564	–	–	19.797	6.385
Amortização	9.314	2.675	–	–	34	20	1.602	891	–	–	10.949	3.586
Custos com construção da infraestrutura	–	–	–	39.727	9.726	–	–	–	–	–	39.727	9.726
Outros	414	166	–	–	4.314	757	2.982	894	2.072	683	9.782	2.500
Taxa de arrecadação	–	–	–	–	1.057	371	–	–	–	–	1.057	371
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	–	3.098	330	–	–	–	–	3.098	330
Arrendamentos e alugueis	–	–	–	–	–	–	261	150	–	–	261	150
Publicidade e propaganda	–	–	–	–	–	–	267	108	–	–	267	108
Legais, judiciais e indenizações	–	–	–	–	–	–	3.727	351	–	–	3.727	351
Doações, contribuições e subvenções	–	–	–	–	–	–	68	27	–	–	68	27
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.072	683	2.072
Outros	414	166	–	–	159	56	(1.340)	259	–	–	(787)	481
<b>Total</b>	<b>29.591</b>	<b>9.013</b>	<b>39.803</b>	<b>9.749</b>	<b>9.127</b>	<b>2.531</b>	<b>6.781</b>	<b>2.072</b>	<b>683</b>	<b>99.007</b>	<b>28.757</b>	<b>28.757</b>

**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	1.009	1.936	–	–
Acrescimos e multas moratórias	3.653	1.868	–	–
Atualização de créditos fiscais	141	147	–	–
Atualização de depósitos judiciais	191	219	–	–
Atualizações monetárias e cambiais	1.897	340	–	–
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	113	174	–	–
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	–	288	–	–
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(583)	(248)	–	–
Outros	375	312	–	–
<b>Total 1</b>	<b>6.924</b>	<b>5.036</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(4.098)	(3.571)	–	–
Atualizações monetárias e cambiais	(6.217)	(3.657)	–	–
(-) Juros capitalizados	496	76	–	–
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(2.200)	–	–	–
Outros	(1.580)	(1.675)	–	–
<b>Total 2</b>	<b>(13.589)</b>	<b>(8.827)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(6.666)</b>	<b>(3.791)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média 8,09% a.a. em 2017 (7,50% a.a. de janeiro a março de 2016 e 8,09% a.a. de abril a dezembro de 2016) sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1). A rubrica de despesas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 404 no exercício de 2017 (R\$ 9.963 no exercício de 2016) (nota 29).

**26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2017, as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A.: Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. **As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:** **a) Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos. **b) Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos** - Correspondem às captações de recursos junto a instituições financeiras, conforme condições descritas nas notas 14 e 15. **c) Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. O saldo registrado no passivo compreende basicamente direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato. **d) Intangível, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. **e) Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo poder concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consorciação com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL. Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.451 (R\$ 534 em 2016). Este valor é composto por R\$ 881 (R\$ 432 em 2016) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 26 (R\$ 17 em 2016) de benefícios pós-emprego e R\$ 544 (R\$ 85 em 2016) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência. As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, são como seguem:

Empresas	Despesa/custo	
	2017	2016
<b>Encargos - Rede Básica</b>		
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid)	1.383	–
As informações comparativas abaixo referem-se ao período em que os acionistas controladores indiretos eram aqueles anteriores à mudança de controle para a State Grid Corporation of China.		
<b>Empresas</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Saldo bancário e aplicação financeira</b>		
Banco do Brasil S.A.	117	–
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Banco do Brasil S.A.	–	4.413
<b>Outras operações financeiras</b>		
Banco do Brasil S.A.	–	12
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>		
Banco do Brasil S.A.	–	2
HM 02 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	–	45
Renovias Concessionária S.A.	–	4
Samm - Sociedade de Atividades em Multimídia C.A. Ltda.	–	3
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>		
AES TIETE S/A	–	3.220
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	–	9
Aliança Geração de Energia S.A.	–	37
Norte Energia S.A.	–	42
SE Naranhópolis S.A.	–	1
Serra do Fação Energia S.A. - SEFAC	–	109
Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:		

somente em abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos. O efeito médio percebido pelos consumidores da Companhia e das empresas incorporadas foi conforme demonstrado no quadro a seguir (conforme divulgado na REH):

Empresa	REH	Percepção do consumidor
Companhia Jaguarui de Energia	2.214	-16,49%
Companhia Luz e Força Santa Cruz	2.214	-13,41%
Companhia Leste Paulista de Energia	2.214	-14,81%
Companhia Sul Paulista de Energia	2.214	-14,29%
Companhia Luz e Força de Mococa	2.214	-14,71%

Em 21 de março de 2017, a ANEEL fixou a revisão das tarifas da Companhia e das empresas incorporadas a partir de 22 de março de 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir (conforme divulgado nas REH) em relação ao último evento tarifário ordinário (RTP/2016):

Empresa	REH	Percepção do consumidor
Companhia Jaguarui de Energia	2.213	-8,42%
Companhia Luz e Força Santa Cruz	2.211	-10,37%
Companhia Leste Paulista de Energia	2.210	-3,28%
Companhia Sul Paulista de Energia	2.209	-4,15%
Companhia Luz e Força de Mococa	2.212	-2,56%

Em 22 de março de 2016, a ANEEL publicou a REH nº 2.028, que fixou a revisão das tarifas da Companhia a partir de 22 de março de 2016, na média em 29,46% sendo 17,01% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 12,45% relativos aos componentes financeiros em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2015). O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 13,25% (conforme divulgado na REH) quando comparado à RTA ocorrida em fevereiro de 2015. Através da REH nº 2.017 de 2 de fevereiro de 2016, a ANEEL prorrogou a vigência das tarifas de energia da Companhia até 21 de março de 2016, em função da renovação da concessão e da alteração da data de seu processo tarifário, de 03 de fevereiro para 22 de março. **22.3 Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares:** A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2017, foi registrada receita de R\$ 17.478 (R\$ 2.714 em 2016), sendo (i) R\$ 1.378 (R\$ 242 em 2016) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 15.918 (R\$ 2.472 em 2016) referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida ao contas a receber - CDE e (iii) R\$ 182 de desconto tarifário - liminares. Estes itens foram registrados em contrapartida a outros créditos na rubrica contas a receber - CDE (nota 11). **22.4 Bandeiras tarifárias:** O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da REN nº 547/2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Tal mecanismo pode refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais custosas, tendo acréscimo na tarifa de R\$ 1,00 e R\$ 3,00 e R\$ 5,00, (antes dos efeitos tributários), respectivamente, para cada 100 kWh consumidos, reajustados conforme decisão proferida pela Diretoria Colegiada na instauração da Audiência Pública nº 61/2017, a partir de 1º novembro de 2017. No exercício de 2017 a Companhia faturou dos seus consumidores o montante de R\$ 19.642 (R\$ 4.718 em 2016) de Bandeira Tarifária, registrados na rubrica "Bandeiras tarifárias e outros". Em 2017, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de dezembro de 2016, a outubro de 2017. O montante faturado homologado foi de R\$ 13.262, registrados na rubrica "Bandeiras tarifárias e outros". Deste montante R\$ 8.077 foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8). R\$ 5.185 foram repassados para a conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias ("OCB") e R\$ 14.343, referente a bandeira tarifária, faturada em novembro e dezembro de 2017 e não homologado, está registrado em taxas regulamentares (nota 16). **22.5 Conta de desenvolvimento energético ("CDE"):** A ANEEL, por meio das REH nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, alterada pela REH nº 2.204 de 07 de março de 2017, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2017. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE - USO; e (ii) quota CDE - Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de março de 2017 a fevereiro de 2018.

**23. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	GWh		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	182	110	36.243	21.201
Energia curto prazo/PROINFA	24	12	5.797	3.811
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	625	411	128.456	60.139
Crédito de PIS e COFINS	–	–	(15.771)	(7.877)
<b>Subtotal</b>	<b>831</b>	<b>532</b>	<b>154.726</b>	<b>77.276</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				

